



CAMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº
(Do Sr. Rodrigo Maia)**

DE 2012.

Solicita informações à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, sobre a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e no inciso I, do Artigo 115, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado à Excelentíssima Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhora Miriam Belchior, o seguinte requerimento de informações a respeito da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, especialmente no tocante aos seguintes aspectos:

- 1- Notícias recentemente veiculadas dão conta da aprovação do estatuto de fundação que reuniria a previdência complementar de servidores do Executivo e do Legislativo. Isso é verdade? Caso afirmativo, por que não se optou por uma fundação para cada Poder?
- 2- É verdade que o estatuto da nova fundação já foi aprovado pelo órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar? Caso afirmativo, favor disponibilizá-lo.
- 3- Os planos de benefícios já estão definidos? Favor descrevê-los.
- 4- Já foram escolhidos os membros dos conselhos? Pede-se que sejam fornecidos os nomes e/ou os critérios adotados na escolha.



CAMARA DOS DEPUTADOS

J U S T I F I C A T I V A

Após forte pressão do Governo Federal, em 30 de abril de 2012 foi sancionada proposição que resultou na Lei nº 12.618, que, entre outras providências, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo.

Referido diploma legal representa importante mudança para aqueles servidores que porventura ingressem no serviço público a partir de 2013. Pode, inclusive, provocar piora na qualidade dos candidatos que vierem a ser selecionados por concurso público.

Diante do acima exposto, faz-se mister acompanhar *pari passu* a evolução das fundações de previdência complementar criadas, de forma a fiscalizar seu funcionamento, aplicação de recursos, bem como impedir que critérios políticos se sobreponham aos técnicos, algo que traria prejuízos ainda maiores aos novos servidores.

Sala das Sessões, em de de 2012.

Deputado Rodrigo Maia
Democratas/RJ